

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2022 / 2023

TEP – TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. pessoa jurídica de direito privado, com sede na Alameda Salvador, 1057, Salvador Shopping Business, Torre América, sala 2407, Caminho das Árvores, CEP 41.820-790, em Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.853.028/0001-22, representada na forma do seu Estatuto, doravante “**TEP**” e, de outro lado o **SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DA BAHIA – SINERGIA**, doravante **SINERGIA**, com sede na Rua J. J. Seabra, n.º 441, Salvador/BA, Inscrito no CNPJ sob n.º 15.234.750/0001-03, representado por Júlia Margarida Andrade do Espírito Santo, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 955.853.385-87 e Rafael Santos Oliveira, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 325.617.765-49, ajustaram o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**, objetivando regular as relações de trabalho no período compreendido entre **1º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023**, em conformidade com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – REAJUSTE SALARIAL

A **TEP** reajustará os salários dos seus empregados em 10,54% (dez vírgula cinquenta e quatro por cento), índice correspondente ao IPCA acumulado do período de março de 2021 a fevereiro de 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – PISO SALARIAL

Fica assegurado para os empregados abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho, o piso salarial de R\$ 1.314,00 (um mil trezentos e quatorze reais) para os cargos de Auxiliar, retroagindo ao dia 1.º de março de 2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – ÉPOCA DO PAGAMENTO

A **TEP** efetuará o pagamento mensal até o terceiro dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA QUARTA – JORNADA DE TRABALHO

A carga semanal de trabalho será de 42h30min (quarenta e duas horas e trinta

Filiado a FNU, CUT e DIEESE.

minutos) e mensal de 212h30min (duzentos e doze horas e trinta minutos) para os empregados da **TEP**.

4.1 - Não haverá trabalho normal aos sábados e as horas correspondentes ao labor nesses dias serão compensadas de 2.^a a 6.^a feira, mediante ajuste de compensação de jornada.

4.2 - A Jornada normal de trabalho será das 8h às 18h, de segunda à sexta, com intervalo intrajornada de uma hora e meia para refeição.

4.3 - As horas trabalhadas a título de compensação de jornada não serão consideradas como horas extras, para qualquer fim.

4.4 - O trabalho realizado em qualquer horário extraordinário, em qualquer dia da semana, não anulará a validade do acordo de compensação de jornada estabelecido no presente Acordo Coletivo.

4.5 - A **TEP** compromete-se a compor e divulgar aos seus empregados o Calendário Laboral Geral, a fim de que estes tenham inteiro conhecimento das suas jornadas normais de trabalho.

4.6 - Caberá a **TEP** definir qual o modo de controle de frequência dos seus empregados – se manual ou eletrônico – devendo, em qualquer caso, respeitar integralmente a normatização específica aplicável à sua escolha.

4.7 - O sistema de controle de frequência definido deverá garantir o fiel registro da jornada cumprida, inclusive quanto a horas extras prestadas, trabalho noturno e quaisquer outras jornadas elencadas neste Acordo ou praticadas em obediência à legislação específica.

Parágrafo único: A tolerância para o registro do ponto será de 15 minutos (para mais ou para menos) para a entrada e 15 minutos (para mais ou para menos) para a saída.

4.8 - Em caso de doença, o empregado deve comunicar imediatamente ao seu líder e providenciar fazer chegar à empresa em 48 horas o atestado médico, que deve conter o CID e período de afastamento. No caso de seu rápido retorno, será

Filiado a FNU, CUT e DIEESE.

igualmente de 48 horas o prazo para entrega do atestado médico, ficando a empresa a partir daí, desobrigada a recebê-lo e, conseqüentemente aplicando a falta no seu apontamento de horas mensais.

4.9 - O cargo de Coordenador é cargo de confiança e como tal não está sujeito ao controle de jornada.

CLÁUSULA QUINTA – SISTEMA DE HOME OFFICE

A **TEP** poderá adotar o sistema de home office sempre que necessário, bastando comunicar ao **SINERGIA** com 48 horas de antecedência da adoção do sistema supracitado.

5.1. – O colaborador que for remanejado para o sistema de home office será notificado por escrito ou por meio eletrônico com 48 horas de antecedência do início da movimentação, assim como do retorno à jornada presencial.

5.2. – A **TEP** se compromete a ministrar treinamento sobre ergonomia e cuidados necessários para a segurança das atividades em home office, ficando o colaborador responsável por seguir todas as instruções.

5.3. – A **TEP** aplicará ao colaborador em sistema de home office um questionário para a listagem do mobiliário necessário para realizar suas atividades laborais. O mobiliário será disponibilizado pela **TEP**, em regime de comodato, para devolução à empresa em caso de desligamento ou assim que o sistema de home office for encerrado. O fornecimento de mobiliário não tem natureza salarial nem corresponde a qualquer vantagem adicional aos colaboradores.

5.4. – A **TEP** fornecerá ao colaborador, em regime de comodato, computador ou notebook, bem como impressora e scanner (se necessários) para a execução de suas atividades. O colaborador deverá devolver os equipamentos à empresa em caso de desligamento ou assim que o sistema de home office for encerrado. O fornecimento de equipamentos não tem natureza salarial nem correspondem a qualquer vantagem adicional aos colaboradores.

5.5. – Os colaboradores em sistema de home office não estão sujeitos ao controle de jornada.

CLÁUSULA SEXTA – REMUNERAÇÃO DA HORA NOTURNA

6.1 - A **TEP** pagará 20% (vinte por cento) sobre as horas noturnas efetivamente trabalhadas a título de adicional noturno.

CLÁUSULA SÉTIMA – ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

7.1 - A **TEP** pagará, o adicional de periculosidade correspondente a 30% (trinta por cento) do salário base dos empregados nos termos do art. 193 da CLT e do Enunciado 191 do TST.

7.2 - A empresa deverá estender a aplicação do adicional de periculosidade ou insalubridade aos engenheiros, técnicos e demais empregados que participam habitualmente das atividades de comissionamento, ensaios, testes, inspeções e visitas a instalações caracterizadas como área de risco, bem como demais atividades de risco.

CLÁUSULA OITAVA – ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

8.1 - A **TEP** pagará, quando for o caso, e observado o princípio adotado pelo art.193, § 2.º da CLT, o adicional de insalubridade nos termos da legislação vigente sobre o salário mínimo.

CLÁUSULA NONA - SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS, REGIME DE COMPENSAÇÃO E BANCO DE HORAS

A jornada normal de trabalho prevista na cláusula quarta deste Acordo poderá ser excepcionalmente prorrogada, sempre que a **TEP** necessitar da prestação de serviços.

9.1 - Verificada a hipótese de trabalho extraordinário, não compensado através do banco de horas, a **TEP** remunerará tais serviços com os seguintes percentuais:

- a)** 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, para o serviço extraordinário trabalhado durante os dias úteis;
- b)** 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal para o serviço extraordinário trabalhado durante os sábados, domingos e feriados.

Filiado a FNU, CUT e DIEESE.

9.2 - Consideram-se como sendo feriados as datas nacionais e municipais oficialmente decretadas.

9.3 - Fica a **TEP** autorizada, a qualquer tempo, suspender a adoção do regime de compensação de jornada, mediante comunicação prévia aos empregados no prazo de dez dias e negociação com o **SINERGIA**.

9.4 - Caso o empregado labore em jornada suplementar por tempo superior a duas horas por dia, receberá um lanche que atenda as necessidades e valores nutricionais, não possuindo este, natureza salarial.

9.5 - A **TEP** poderá adotar um sistema de banco de horas, no qual as horas trabalhadas, limitadas a 30 horas mês, que excederem o limite da carga horária semanal contratada, serão compensadas dentro do prazo de três meses.

9.6 - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada, conforme cláusula anterior, o trabalhador fará jus ao pagamento das horas pendentes, que serão consideradas como extraordinárias e remuneradas com o adicional previsto na presente cláusula.

9.7 - Com o intuito de guardar simetria com o disposto nas alíneas “a” e “b” do item 9.1. deste ACT, para cada hora extraordinária laborada em dias úteis e destinada a compensação posterior, será lançada a seu crédito no Banco de Horas o equivalente as horas laboradas acrescidas de 50% (cinquenta por cento) e quando laboradas aos de sábados, domingos e feriados, para cada hora extraordinária trabalhada, será lançada no Banco de Horas o equivalente as horas trabalhadas acrescidas do percentual de 100% (cem por cento).

9.8 - A **TEP** fornecerá mensalmente aos empregados informações sobre as horas extraordinárias prestadas no mês, possibilitando-os manter controle do número de horas a serem compensadas dentro da sistemática ora estabelecida.

9.9 - Possibilita-se ao empregado utilizar as horas acumuladas dentro da sistemática do Banco de Horas ajustado para tratar de assuntos de seu interesse, sem prejuízo de qualquer natureza, devendo, para tanto, requerer autorização com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito horas) horas à sua chefia imediata, que poderá ou

não acatar a solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – ASSISTÊNCIA AO ACIDENTADO

A **TEP** assegurará ao empregado acidentado no trabalho, inclusive aos portadores de doenças ocupacionais, os serviços de assistência médica, nas mesmas condições previstas no plano de saúde da empresa.

10.1 - A **TEP** assegurará ao empregado acidentado no trabalho, inclusive aos portadores de doenças ocupacionais, a medicação necessária relativa à causa de afastamento do acidentado por todo o período em que o empregado estiver enfermo, a partir da data de afastamento pelo INSS, mediante apresentação da receita médica, a qual deverá ser aprovada pelo Médico do Trabalho, desde que fique comprovado que o empregado seguiu estritamente as normas de segurança estabelecidas pela empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REFEIÇÃO SUBSIDIADA

11.1 - A **TEP** fornecerá aos seus empregados que trabalhem no escritório de Salvador 22 (vinte e dois) vales refeição mensais, com o valor facial de R\$ 52,00 (cinquenta e dois reais), utilizáveis em rede credenciada, com a participação no custo das refeições de R\$ 0,50 (cinquenta) centavos por mês, não possuindo esta natureza salarial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TRANSPORTE DE PESSOAL

A **TEP** assegurará o acesso ao vale transporte para aqueles empregados que cumpram os requisitos e optem pela concessão, nos termos da legislação em vigor, sem que isso possa implicar futuramente, de forma alguma, em direito ou benefício.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DESCONTOS DE MENSALIDADES E TAXAS EM FAVOR DO SINERGIA

A **TEP** descontará as mensalidades em favor do **SINERGIA**, dos seus empregados sindicalizados, conforme seu estatuto e/ou assembleias específicas para este fim, mediante autorização prévia do empregado, e informará mensalmente a relação nominal destes descontos.

Filiado a FNU, CUT e DIEESE.

13.1 - Taxa assistencial da campanha salarial – A **TEP** mediante consignação, atenderá ao pleito do **SINERGIA** de descontar 2% (dois por cento) do salário base dos trabalhadores sindicalizados em duas parcelas cada uma limitada em até R\$ 50,00 (cinquenta reais): 1% (um por cento) no mês que antecede a data base e 1% (um por cento) no mês da referida data base, conforme seu estatuto e/ou assembleias específicas da categoria.

13.2 - Para os trabalhadores não sindicalizados a **TEP** mediante consignação, atenderá o pleito do **SINERGIA**, de descontar 2% do salário base dos trabalhadores, em duas parcelas cada uma e limitada em até R\$ 70,00 (setenta reais), sendo: 1% (um por cento) no mês que antecede a data base e mais 1% (um por cento) no mês da data base da categoria.

13.3 - Taxa assistencial sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) – A **TEP** mediante consignação, atenderá o pleito do **SINERGIA**, de descontar 1% (um por cento) do valor que cada Empregado (a) deva receber a título de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), valor limitado em até R\$ 50,00 (cinquenta reais).

13.4 - A **TEP** se compromete a fazer o repasse ao **SINERGIA** até o dia 10 do mês subsequente.

13.5 - A **TEP** encaminhará para o **SINERGIA**, mensalmente, a relação dos trabalhadores que contribuem para o **SINERGIA** e o comprovante de depósito, bem como os valores descontados, repassando à entidade até o dia 10 do mês subsequente.

13.6 - A **TEP** somente fará o processamento em folha de pagamento da suspensão do desconto do associado, quando solicitado pelo **SINERGIA** com base em pedido expresso do empregado de desfiliação ao **SINERGIA**.

13.7 - A **TEP** ao contratar um novo Empregado apresentará a ficha de filiação ao **SINERGIA**, visando sua filiação.

13.8 - A **TEP** quando das eleições sindicais assegurará a utilização e livre acesso aos mesários, fiscais e dirigentes sindicais em suas dependências, observadas as áreas previamente designadas para esse fim.

Filiado a FNU, CUT e DIEESE.

13.9 - Todo e qualquer desconto nos salários dos trabalhadores somente poderá ser realizado pela **TEP** após a autorização expressa e documental do Empregado, conforme disposto no inciso XXVI do art. 611-B da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ACESSOS E INFORMAÇÕES

A **TEP** permitirá o acesso às suas dependências, observadas as normas internas regulamentares para o acesso, de dirigentes sindicais para tratarem de assuntos pertinentes à categoria, bem assim prestará quando formalmente solicitado pelo **SINERGIA**, informações, quando não consideradas sigilosas ou confidenciais, relativas aos empregados, devendo tais solicitações serem dirigidas ao representante legal da empresa que avaliará a possibilidade de prestá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DATA BASE

Fica estabelecido o dia 1.º de março como data base para os empregados da **TEP**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PLANO DE SAÚDE

A **TEP** obriga-se a fornecer, durante a vigência deste Acordo, Plano de Saúde aos seus empregados, extensivo aos seus dependentes legais. Os empregados poderão optar entre os planos BRADESCO SAÚDE e NORDESTE SAÚDE ou qualquer outro que a empresa passe a oferecer.

16.1 - A participação dos empregados no custeio do plano BRADESCO SAÚDE seguirá os seguintes critérios:

a) Os empregados arcarão com o percentual proporcional ao seu salário de forma que quem ganhe menos pague menos e aqueles que ganhem mais paguem maior percentual, do valor pago pelo plano, inclusive de seus dependentes;

b) A **TEP** arcará com o percentual restante de forma a compor os 100% do valor mensal pago pelo plano dos empregados e dos respectivos dependentes destes.

16.2 – A participação dos empregados no custeio do plano NORDESTE SAÚDE seguirá os seguintes critérios:

Filiado a FNU, CUT e DIEESE.

- a) **TEP** arcará com 80% (oitenta por cento) do valor mensal pago pelo plano dos empregados e respectivos dependentes no Plano NORDESTE SAÚDE;
- b) Os empregados arcarão com 20% (vinte por cento) do valor mensal pago pelo plano, inclusive de seus dependentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SAÚDE E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES

Com o propósito de assegurar aos seus empregados melhores condições de segurança e saúde, a **TEP** compromete-se a expedir instruções, visando assegurar condições de segurança no trabalho, principalmente quando os locais dos serviços forem considerados perigosos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO

A **TEP** e o **SINERGIA**, visando o acompanhamento deste acordo, das condições de trabalho negociadas e o exame de questões outras que venham a surgir nas relações de trabalho e a conciliação de possíveis divergências, durante a vigência deste instrumento, realizarão semestralmente reuniões de trabalho. Com o fim de apresentar aos trabalhadores, quando for o caso, o resultado dessas reuniões, o **SINERGIA** está autorizado a promover reuniões com os trabalhadores na entrada da fábrica, ou em outro local de fácil acesso aos seus participantes nas dependências da **TEP**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A **TEP** reitera o seu compromisso de cumprir o quanto disposto no seu Código de Conduta.

19.1 - A **TEP** respeita e promove a igualdade e não discriminação por razão de raça, sexo, orientação sexual, ideologia, nacionalidade, religião ou qual quer outra condição pessoal física ou social de seus profissionais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS

A **TEP** pagará o abono pecuniário, devendo o empregado, se assim optar, manifestar o seu interesse por escrito mediante documento próprio, até quinze dias antes do término do seu período aquisitivo (CLT).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – 13.º SALÁRIO

A **TEP** pagará o adiantamento da primeira parcela do 13.º salário até julho ou nas férias, desde que solicitado ao RH em carta do próprio punho sessenta dias antes do início do gozo, para as férias, e até 21/05 caso o empregado queira receber em julho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUXÍLIO EDUCAÇÃO

A **TEP** concederá o Auxílio Educação para seus empregados com adequado desempenho funcional que, em função do setor onde trabalhem seja de interesse desenvolvê-los em áreas afins ao negócio da empresa, através do pagamento de 80% do curso profissionalizante de grau técnico.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E OU RESULTADOS (PLR)

23.1 - A **TEP** apresentará ao **SINERGIA** em agosto de 2022 a apuração parcial das metas de 2022 visando a PLR a ser paga em 2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A **TEP** compromete-se a manter em prática sua metodologia de meritocracia associando critérios de avaliação técnica e de desempenho, e aplicá-la aos empregados mercedores sempre que for o caso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – SEGURO DE VIDA

25.1 - A **TEP** compromete-se a contratar seguro de vida em grupo para seus empregados efetivos, incluindo Assistência Funeral, mediante a contratação de seguradora de sua livre escolha com as seguintes coberturas:

I – Em caso de morte natural do empregado será disponibilizado ao (s) beneficiário (s) a importância total de R\$ 30.000,00 (trinta mil) reais, após a entrega dos documentos exigidos pela seguradora;

II – Em caso de morte acidental do empregado segurado será disponibilizado ao (s) beneficiário (s) a importância total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), após a entrega dos documentos exigidos pela seguradora.

Filiado a FNU, CUT e DIEESE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – VIGÊNCIA/ABRANGÊNCIA

As cláusulas e condições do presente Acordo Coletivo de Trabalho, vigorarão pelo período de um ano, ou seja, de 1.º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023 e se aplicam a todos os empregados da **TEP**.

26.1 - Por terem assim acordado, a **TEP** e o **SINERGIA**, por seus representantes legais, assinam o presente acordo em três vias, juntamente com as testemunhas

signatárias, para que este instrumento produza seus jurídicos e legais efeitos, sendo que uma via será depositada na SRT, para fins de registros e arquivos, nos termos do disposto no artigo 614 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Salvador, 20 de abril de 2022.

ALEXANDRE ALVES DA SILVA:02195008784
Assinado de forma digital por ALEXANDRE ALVES DA SILVA:02195008784
Dados: 2022.04.20 11:16:50 -03'00'

ALEXANDRE ALVES DA SILVA
Diretor Presidente
CPF: 021.950.087-84
TEP

JARBAS RODRIGUES BENEVIDES:638641935913591
Assinado de forma digital por JARBAS RODRIGUES BENEVIDES:63864193591
Dados: 2022.04.20 10:56:12 -03'00'

JARBAS RODRIGUES BENEVIDES
Diretor
CPF: 638.641.935-91
TEP

JÚLIA MARGARIDA A. DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do **SINERGIA**
CPF: 955.853.385-87

RAFAEL SANTOS OLIVEIRA
Coordenador Geral do **SINERGIA**
CPF: 325.617.765-49

Testemunhas:

LUIS FERNANDO LIMA DOS SANTOS:78107105591
Assinado de forma digital por LUIS FERNANDO LIMA DOS SANTOS:78107105591
Dados: 2022.04.20 11:37:57 -03'00'

Nome:
RG:

MARCELO DE SOUZA CARVALHO:368423465686568
Assinado de forma digital por MARCELO DE SOUZA CARVALHO:36842346568
Dados: 2022.04.20 16:58:31 -03'00'

Nome:
RG: